



Ciclo de Debates Virtuais 2022

“Às Portas do Metaverso – Oportunidades e Desafios do Futuro da Digitalização para as Empresas e os Consumidores”

24 de maio de 2022, 15H, Plataforma Microsoft Teams

Relatores: Catarina Magalhães e Daniel Oliveira

Vivemos numa sociedade onde os dispositivos digitais estão presentes em todos os aspetos do quotidiano (trabalho, lazer, organização da rotina diária...), oferecendo ferramentas que auxiliam o ser humano. Neste âmbito, a Rede Portuguesa da Responsabilidade Social das Organizações dinamizou o segundo encontro do Ciclo de Debates Virtuais 2022 com o tema: “Às Portas do Metaverso | Oportunidades e Desafios do Futuro da Digitalização para as Empresas e os Consumidores”.

O debate teve início às 15 horas do dia 24 de maio e contou, ao longo da sessão, com a participação dos oradores: Lino Santos, Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança e membro do conselho de administração da Agência Europeia de Cibersegurança, Luísa Ribeiro Lopes, Presidente do Conselho Diretivo do .PT e Coordenadora-Geral da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030, Luís Mestre, Diretor responsável pela Gestão do Segmento B2C na Altice Portugal e Luís Pisco, jurista do Gabinete de Estudos do Departamento Jurídico e Económico da DECO e membro do Observatório do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia. A moderação esteve a cargo de Samuel Santos, mestrando em Jornalismo e Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Durante a sessão, estiveram presentes mais de 70 participantes.

A conversa promovida pelo Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Práticas Laborais teve como principais temas: as oportunidades e desafios do metaverso; a expansão digital e distribuição da internet em Portugal; formação profissional e literacia digital; limites morais na web e educação para o digital. Na primeira intervenção dos oradores, todos concordaram que ainda não se atingiu o metaverso. “Não sei se estamos à porta ou se já entrámos”, sublinhou, na sua intervenção, Luísa Ribeiro Lopes. Na mesma linha, Lino Santos alertou que se “estima que o negócio à volta do metaverso seja da ordem dos 900 mil milhões de dólares”, o que, do seu ponto de vista, dará origem a “um problema de conflitualidade, com novos crimes”.

De seguida, Luís Mestre afirmou que “a pandemia fez mais pela digitalização em duas semanas” do que aquilo que foi feito em cinco anos, em termos de avanços na área. No entanto, não deixou de frisar que, apesar da digitalização crescente, ainda não há uma igualdade de acesso à rede de internet em todo o território nacional. No mesmo sentido, Luís Pisco questionou: “como é possível atingir o metaverso, se não há 100% de cobertura do 4G?”. No ambiente de aceleração digital durante a pandemia, a Presidente do Conselho Diretivo do .PT avançou que o domínio .pt chegou a alcançar um crescimento de 40% no início da pandemia, o que mostra, em seu entender, a “confiança na segurança de um domínio registado em .pt”.

Por sua vez, o Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança alertou para a necessidade de “prevenir os impactos negativos da introdução da tecnologia”, através de regulamentação. Criticou a falta de capacidade humana para pôr a própria legislação em prática e sublinhou a necessária capacitação da sociedade civil, quer a nível de formação, quer de educação. Nestas áreas, Lino Santos abordou um projeto que se candidatou a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência que é, no fundo, uma academia de formação, em todo país, com o objetivo de capacitar 10000 especialistas na área da cibersegurança.

Ainda no âmbito da legislação, Luís Mestre considerou que “as leis estão cheias de boas intenções, mas não são bem feitas”. Deu o exemplo da Regulamentação Geral de Proteção de Dados que considera de difícil aplicação na prática organizacional. Por sua vez, Luís Pisco apontou para “questões jurídicas ainda a assinalar por parte da Comissão Europeia”, nesta matéria. Recordou o caminho que a Comissão está a percorrer na elaboração de uma carta dos direitos digitais. Luísa Ribeiro Lopes elogiou também o papel da União Europeia, no que toca à proteção dos dados, à cibersegurança e à Inteligência Artificial.

“Os limites morais são os existentes no mundo real e os impactos negativos são produzidos no mundo físico”, recordou Lino Santos, dando como exemplo a rede 5G, uma vez que, antes de implementada, foi primeiro regulamentada e legislada em termos da cibersegurança, procedimento que considera que deveria ser aplicado ao metaverso. Na questão da conflitualidade, avançou que houve um aumento de 80% de incidentes

online tratados pela instituição, o que denuncia a necessidade de “trabalhar o desenvolvimento de capacidades nas organizações”.

O tema da educação e da literacia digital foi um dos últimos a ser debatidos. Luísa Ribeiro Lopes apresentou a iniciativa do roteiro INCoDe.2030, que começa sexta-feira, dia 27 de maio, em Sines, e que vai abordar a questão da cibersegurança. O evento, que vai passar por 25 localidades, inscreve-se num dos objetivos e das necessidades que a Presidente considera mais prementes: a educação e a capacitação para o digital. Luís Mestre destacou que “a educação é uma responsabilidade de cada um de nós”. Na mesma linha de pensamento, Luís Pisco complementou e referiu que deve haver uma “aposta na educação e na ferramenta digital, que deve ser introduzida na própria educação”.

Por último, o debate foi encerrado com uma questão, submetida por um membro da audiência no formulário de inscrição, sobre a Inteligência Artificial. Em resposta à pergunta, Luís Pisco lembrou a necessidade de mais e melhor regulamentação face a uma Inteligência Artificial mais intrusiva e com mais constrangimentos aos consumidores. Os dois últimos debates do Ciclo estão previstos para o último trimestre do ano de 2022.

Coimbra, 24 de maio de 2022